



**ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/03/2014**

1 CONSELHEIROS PRESENTES

2

3 Edison Pereira de Lima – representante suplente da Secretaria de Estado do
4 Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS;

5 Flavio Rene Brea Victoria – representante titular da Secretaria de Estado do Planejamento –
6 SPG;

7 Bento Garcia – representante titular da Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca – SAR;

8 Michele Marcon Telles – representante titular da Secretaria de Estado da Saúde – SES;

9 Luiz Carlos Rihl de Azambuja – representante titular da Secretaria de Estado da Fazenda –
10 SEF;

11 Dayna Maria Bortoluzzi – representante suplente da Secretaria de Estado da Fazenda – SEF;

12 Ana Maria Mello Peixoto – representante suplente das Centrais Elétricas de Santa Catarina
13 S/A – CELESC;

14 Vanessa dos Santos – representante suplente da Companhia Catarinense de Águas e
15 Saneamento – CASAN;

16 Ivana Becker – representante titular da Fundação de Meio Ambiente – FATMA;

17 Fabiane Nóbrega – representante suplente da Federação das Indústrias do Estado de Santa
18 Catarina – FIESC;

19 Alexandre Bach Trevisan – representante titular da Associação Catarinense dos Engenheiros
20 – ACE;

21 Alberto Odon May – representante suplente da Associação Brasileira de Engenharia
22 Sanitária e Ambiental – ABES;

23 José Vicente Miranda Regina – representante titular da Associação Brasileira de Recursos
24 Hídricos – ABRH;

25

26

27 OUTROS REPRESENTANTES

28 Vinicius Tavares Constante – Secretário Executivo do CERH;

29 Rui Batista Antunes – Gerente de Planejamento de Recursos Hídricos – DRHI/SDS;

30 César Rodolfo Seibt – Técnico da DRHI/SDS;

31 João Maria Telles – Comitê Canoas;

32 Tatiana Arruda Correia – Consultora Programa SC Rural;

33 Uíara Sousa Zilli – Consultora Programa SC Rural;

34 Marcelo Vianna – Técnico da DRHI/SDS;

35

36 INÍCIO: 14h10min TÉRMINO: 17h00min

37

38 Às quatorze horas e dez minutos do vigésimo dia do mês de março de dois mil e quatorze,
39 no Auditório da Secretaria de Estado da Administração – SEA, reuniram-se os acima
40 nominados para discutir, conforme a ordem do dia, os seguintes assuntos:

41

42 **Abertura:**

43 • Aprovação da Ata da 7ª Reunião Extraordinária do CERH;

44 • Posse de novos conselheiros do CERH;

45

46 **Deliberações sobre:**



**ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/03/2014**

- 47 • Minutas de resolução CERH sobre uso de águas subterrâneas e sobre critérios e
48 procedimentos para outorga do direito de uso das águas subterrâneas;
49 • Substituição de entidade-membro do CERH;
50 • Projeto Águas da Serra – Monitoramento da Qualidade e Quantidade da Água na
51 Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, referente à Ação: Implementação de Estudos
52 Estratégicos e Emergenciais em Apoio aos Planos de Bacias Hidrográficas do
53 Estado de Santa Catarina do Programa SC Rural.

54 **Apresentação sobre:**

- 55 • Prestação de contas FEHIDRO 2013.
56

57 **Informações gerais.**

- 58 • Tramitação do Projeto de Lei do CERH.
59

60 Após a verificação do quórum, o Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos
61 Hídricos (CERH), Vinicius Constante, abriu a 35ª Reunião do CERH e como o Presidente
62 do CERH não estava presente, informou que era necessário definir qual conselheiro
63 presidiria a reunião, questionando se algum conselheiro se dispõe a exercer a função nesta
64 reunião. O representante da ACE, Alexandre Bach Trevisan, se candidatou e foi aprovado
65 pela plenária. Alexandre passou ao primeiro item da pauta, informando que todos os
66 conselheiros haviam recebido a Ata da 7ª Reunião Extraordinária do CERH e indagou se
67 algum conselheiro tem alguma sugestão de alteração. A representante da CASAN, Vanessa
68 dos Santos, disse que não tem nenhuma alteração a sugerir no conteúdo da Ata, contudo
69 sugere que a Ata seja enviada aos conselheiros, também, além do envio 15 dias antes da
70 reunião subsequente, logo após a realização da reunião ocorrida, pois fica difícil de lembrar
71 os detalhes das discussões meses depois. Vinicius informou que pode adotar o procedimento
72 de enviar aos conselheiros as Atas, sempre quando terminar de redigi-las. Alexandre
73 questionou novamente se os conselheiros tem alguma consideração sobre o conteúdo da Ata.
74 Não havendo manifestação, a Ata foi aprovada. Partiu-se para o segundo item da pauta
75 “**Posse de novos conselheiros**”. Assinaram o termo de posse os seguintes conselheiros:
76 Michele Marcon Telles – representante titular da Secretaria de Estado da Saúde - SES; Luiz
77 Carlos Rihl de Azambuja - representante titular da Secretaria de Estado da Fazenda - SEF;
78 Dayna Maria Bortoluzzi - representante suplente da Secretaria de Estado da Fazenda - SEF;
79 e Alberto Odon May – representante suplente da Associação Brasileira de Engenharia
80 Sanitária e Ambiental – ABES. O novo conselheiro Carlos Rihl de Azambuja, representante
81 da SEF sugeriu que seja feita uma apresentação dos presentes na reunião, uma vez que
82 existem novos conselheiros nesta reunião. Cada um dos presentes se apresentou
83 rapidamente. O terceiro item da pauta foi “**Minutas de resolução CERH sobre uso de**
84 **águas subterrâneas e sobre critérios e procedimentos para outorga do direito de uso**
85 **das águas subterrâneas**”. Vinicius iniciou a exposição sobre o tema lembrando que Santa
86 Catarina é um dos poucos estados que não outorgam o uso das águas subterrâneas, e a seguir
87 apresentou rapidamente como foi o processo de tramitação no CERH. Informou que dos
88 documentos enviados aos conselheiros, a exposição de motivos foi elaborada pela CTIL, e
89 as duas minutas de resolução foram elaboradas pela CTORH: uma que trata do uso das
90 águas subterrâneas e outra mais específica sobre critérios e procedimentos para outorga de
91 direito de uso das águas subterrâneas. Vinicius salientou que na discussão da CTORH,
92 também se discutiu sobre a interface outorga e licenciamento ambiental, sendo que a



**ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/03/2014**

93 conclusão foi de que com a instituição da outorga não será mais necessário fazer o
94 licenciamento ambiental dos poços. Nesse sentido, ao final da resolução que trata sobre o
95 uso das águas subterrâneas, ficou estipulado um prazo de 180 dias para iniciar a outorga.
96 Neste período a intenção é tramitar no CONSEMA a retirada da perfuração de poços como
97 atividade potencialmente poluidora da Resolução nº 13/2012. A representante da CASAN,
98 Vanessa dos Santos, considerou que a Exposição de Motivos elaborada pela CTIL e as
99 minutas não deixam claro como será este processo de transição do licenciamento para a
100 outorga, isto pode virar um grande problema, portanto fica complicado aprovar as
101 resoluções sem antes ter este processo bem definido. Vanessa também questionou se houve
102 a reunião que estava agendada entre a SDS e a FATMA para tratar desta transição e se
103 ocorreu qual foi o resultado? A representante da FATMA, Ivana Becker, confirmou que
104 ocorreu a reunião e que na ocasião ficou claro sobre a necessidade de tramitar no
105 CONSEMA a proposição da retirada da perfuração de poços das atividades potencialmente
106 poluidoras da Resolução nº13/2012. Ivana salientou que é importante lembrar o processo
107 histórico ao qual levou a FATMA a licenciar esta atividade, salientando que foi uma
108 demanda do Ministério Público, e como no período não era possível iniciar a outorga, a
109 FATMA teve que começar a fazer o licenciamento desta atividade. Portanto, a FATMA tem
110 o entendimento que após iniciar o procedimento de outorga, o licenciamento não se faz mais
111 necessário, desde que se continue fazendo a gestão também dos aspectos ambientais, e
112 sugeriu que neste período de 180 dias entre a aprovação destas resoluções em discussão hoje
113 e o início da outorga, seja feita uma resolução conjunta da FATMA com a SDS para
114 estabelecer estes procedimentos de transição. O Gerente de Planejamento da DRHI/SDS
115 informou que não participou da discussão junto a CTORH e CTIL, mas considera que
116 existem equívocos nestas resoluções, pois a FATMA não pode deixar de licenciar a obra de
117 perfuração dos poços, verificando se estão sendo feitas conforme as normas da ABNT,
118 portanto é muito brusca esta proposição de começar a outorgar e deixar de licenciar de uma
119 hora para a outra. Rui considera que a SDS deve outorgar o direito de uso da água e a
120 FATMA a obra de perfuração do poço. O representante da SPG, Flavio Rene Brea Victoria,
121 manifestou sua preocupação com a modelagem de dados sobre os aquíferos para subsidiar o
122 processo de outorga, que foi uma preocupação no passado quando foi firmada a parceria
123 com o CPRM para fazer o Mapeamento Hidrogeológico do Estado, outra preocupação é
124 com as questões ambientais e estas devem ser analisadas pela FATMA. Flavio argumentou
125 que os principais problemas de contaminação de águas subterrâneas estão relacionados à
126 construção dos poços e nestes casos são as águas dos poços que estão contaminadas e não
127 necessariamente o aquífero, sendo assim o CERH não pode aprovar estas resoluções no
128 afogadilho, primeiro este assunto precisa estar bem resolvido construindo critérios de
129 outorga e adaptando os procedimentos do licenciamento. Vinicius Constante salientou que
130 os técnicos da outorga estavam justamente aguardando pelos dados do mapeamento
131 hidrogeológico, que dão subsídio para a outorga de águas subterrâneas, para encaminhar ao
132 CERH esta proposta; quanto a questão do licenciamento ambiental, nas minutas não existe
133 nenhuma menção se vai continuar ou se não vai continuar, mas o entendimento depois de
134 todas as discussões foi de que não dá para fazer a outorga e o licenciamento ambiental com a
135 legislação atual, pois para iniciar o licenciamento ambiental é necessário a outorga e a
136 outorga só será emitida após o funcionamento do poço. Ivana Becker esclareceu que para a
137 perfuração de poços o processo tem licença prévia com licença de instalação e depois
138 licença de operação, e a legislação diz que toda vez que existe interferência nos recursos



**ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/03/2014**

139 hídricos é necessária a outorga para licença de instalação, e pelas regras de outorga
140 propostas esta será concedida somente após a perfuração do poço. Ivana explicou que por
141 este motivo que o Vinicius afirmou que não dá pra fazer a outorga e o licenciamento
142 ambiental com a legislação atual, a partir do momento que a outorga iniciar a FATMA não
143 irá mais expedir a licença prévia com licença de instalação sem a emissão da outorga,
144 portanto foi decidido na reunião entre a FATMA e a SDS que era necessário um tempo para
145 equacionar esta situação. Vinicius complementou que justamente por este motivo foi criado
146 um grupo de trabalho com técnicos da FATMA e da SDS para equacionar estes
147 procedimentos da transição, enquanto tramita no CONSEMA a proposta de retirada da
148 perfuração de poços da Resolução nº 13/2012. Flavio Victória argumentou que é melhor que
149 este grupo de trabalho, da mesma forma como foi feito no período das PCHs, defina bem
150 todos estes detalhes e como deve ser a lógica do processo, para só depois tramitar isto no
151 CONSEMA, não dá para fazer as duas coisas em paralelo. O representante da ACE,
152 Alexandre Bach Trevisan, manifestou que considera que com a manutenção do
153 licenciamento ambiental e o início da outorga o usuário será cobrado duas vezes por um
154 processo que pode ser único, outro ponto a ser observado é que o licenciamento de poços
155 não é um licenciamento tradicional, pois não é exigido o estudo ambiental, portanto esta
156 adequação de procedimentos entre a FATMA e a SDS para iniciar a outorga não é
157 complicada, até por serem instituições vinculadas, contudo este assunto precisar estar
158 definido para depois iniciar a discussão aqui no CERH. O representante da ABRH, José
159 Vicente Miranda Regina, questionou a afirmação feita pelo Vinicius Constante de que a
160 outorga será dada somente após a perfuração do poço com o teste de bombeamento, pois
161 quando algum usuário vai fazer um poço ele já tem a necessidade de retirada de água e a
162 SDS vai analisar se pode outorgar com base nas informações disponíveis do aquífero e a de
163 outros poços no entorno, mas não vai necessitar que o poço comece a funcionar para
164 outorgar com base na capacidade que o poço terá. Ivana Becker lembrou que apesar da SDS
165 e da FATMA serem vinculadas, o CERH e o CONSEMA terem o mesmo presidente, os
166 conselhos são órgão colegiados soberanos nas suas decisões, portanto é necessário ter
167 cuidado no encaminhamento dos assuntos para que os conselheiros sejam convencidos de
168 que na nova proposta o controle ambiental continuará acontecendo. Flavio Victoria salientou
169 que a primeira coisa que deve ficar bem definida é a lógica do processo, defendeu também
170 que o licenciamento não deve ser extinto, mas sim aprimorado, pois uma coisa é a outorga
171 da utilização do recurso hídrico e outra é licenciamento ambiental, são dois processos
172 complementares, portanto é necessário discutir melhor o assunto e definir bem esta
173 estratégia. Alexandre Trevisan lembrou que em vários outros estados existe apenas a outorga
174 que já contempla critérios sobre a obra, portanto não concorda que existe a necessidade de
175 manter os dois processos em Santa Catarina. Flavio Victoria argumentou que em outros
176 estados existem estruturas que o setor ambiental e de recursos hídricos estão na mesma
177 instituição, o que não ocorre em Santa Catarina. Vanessa dos Santos manifestou sua opinião
178 de que como estas questões não estão definidas, então não é possível deliberar sobre as
179 resoluções. Rui Batista Antunes concordou com a argumentação do Flavio Victoria de que é
180 necessário primeiro rediscutir esta lógica, mas não é porque nos outros estados não fazem
181 licenciamento ambiental que Santa Catarina também não irá fazer. O representante da
182 ABES, Alberto Odon May, manifestou sua preocupação com a situação problemática da
183 perfuração indiscriminada de poços no estado e lembrou que quando saiu do CERH há
184 quatro anos este problema estava sendo discutido pelo conselho, e agora após quatro anos o



**ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/03/2014**

185 mesmo assunto está sendo discutido, mas não sai nenhuma solução para resolver o
186 problema, não obstante, a questão das PCHs também tem gerado muito conflito em diversas
187 bacias do estado e cobrou um estudo sobre o impacto destes empreendimentos. A
188 representante da SES, Michele Marcon Telles, alertou que é necessário levar em
189 consideração os critérios da Portaria nº 2914 da SES quando esta água for utilizada para o
190 consumo humano, definindo o tipo de tratamento e a anotação de responsabilidade técnica.
191 Flavio Victoria voltou a defender que primeiro deve ser definido claramente o procedimento
192 de outorga, que diz respeito ao uso da água, depois deve ser discutido como será a interface
193 com o licenciamento, depois disto definido, podem ser tramitadas novamente as resoluções
194 aqui no CERH. Vinicius Constante pediu aos conselheiros que se atenham ao conteúdo das
195 resoluções que tratam de vários pontos levantados como problemáticos e que estão
196 contempladas nas minutas, este processo está em discussão desde 2010, primeiro na DRHI,
197 depois na CTORH onde vários técnicos com bastante conhecimento do assunto como o
198 Lauro Cesar Zanatta e o João Batista Lins Coitinho, que representam a ABAS, a Vanessa da
199 CASAN, o Ademar Mombach e o Cícero Almeida da FATMA, e outros técnicos. Depois
200 passou pela CTIL, também com vários técnicos que entendem do assunto. As minutas
201 contemplam as preocupações levantadas sobre as questões ambientais com a definição das
202 áreas de proteção, a vinculação da temática com as discussões nas bacias através dos planos
203 de bacias e a definição dessas áreas de proteção, contempla também as questões levantadas
204 sobre o projeto e construção dos poços, e ainda as questões de qualidade de água. Vanessa
205 dos Santos afirmou que as minutas de outorga ficaram mais completas que o processo atual
206 de licenciamento e lembrou que no início da discussão na CTORH analisou-se sobre os
207 processos de outorga e o licenciamento ambiental, ficando bem claro entre os membros de
208 que seria somente a outorga. Ivana Becker falou que seja somente com a outorga ou com
209 outorga e licenciamento ambiental, o controle ambiental tem que ser mantido ou ampliado,
210 senão o CONSEMA não aprovara alteração na resolução nº 13/2012. Ivana sugeriu também
211 que seja elaborada uma resolução conjunta entre a SDS e a FATMA com os procedimentos
212 para a transição do licenciamento ambiental para a outorga. Alexandre Trevisan disse
213 considerar que as minutas de resolução definem processos que ficaram mais completos, e
214 que inclusive contemplam os itens avaliados no atual licenciamento ambiental. Rui Batista
215 Antunes sugeriu a votação das resoluções eliminando o dispositivo que põe prazo para o
216 início da outorga. Flavio Victoria argumentou que não faz sentido aprovar uma resolução
217 que vai começar a valer somente quando a SDS e a FATMA entrarem em acordo sobre os
218 procedimentos de transição, sendo mais lógico esperar que estes procedimentos sejam
219 ajustados para depois aprovar a resolução. Flavio ratificou sua posição de que o foco do
220 licenciamento ambiental e da outorga são diferentes, mesmo que sejam exigidos os mesmos
221 documentos, e considerou equivocada a intenção de eliminar o licenciamento após o início
222 da outorga. Alguns conselheiros manifestaram que receberam apenas uma minuta de
223 resolução e não as duas que estão sendo discutidas. Vinicius afirmou que enviou por e-mail
224 as duas. Após verificação das mensagens constatou-se que no lembrete da reunião realmente
225 foi enviada apenas uma das resoluções e no e-mail de convocação da reunião foram
226 enviadas as duas minutas, por este motivo alguns dos conselheiros estavam com apenas uma
227 minuta de resolução em mãos. A representante da SEF, Dayna Maria Bortoluzzi, questionou
228 se a SDS tem estrutura e técnicos suficientes para absorver esta demanda que será gerada se
229 as minutas forem aprovadas. Edison Pereira de Lima relatou que na reunião com a FATMA
230 já foram identificados pontos que teriam que ser ajustados nos procedimentos de transição



**ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/03/2014**

231 do licenciamento ambiental e outorga, e que sem estes ajustes o CONSEMA não aprovaria
232 as mudanças. Alexandre perguntou se os conselheiros consideram que estão aptos a votar a
233 matéria. Rui Batista Antunes manifestou que como uma das minutas não foi enviada a
234 votação fica prejudicada. Vinicius lembrou que todo o material foi enviado a todos os
235 conselheiros, contudo como de rotina, além da convocação são enviados lembretes de que a
236 reunião está se aproximando, e apenas numa das mensagens uma das minutas não foi
237 enviada. Iniciou-se a votação nominal. Favoráveis à votação das minutas nesta reunião:
238 SDS, CELESC e FATMA. Favoráveis ao adiamento da votação: SPG, SES, SEF, CASAN,
239 FIESC, ACE, ABES e ABRH. O tema ficou adiado para a próxima reunião quando deve ser
240 trazido plano de trabalho e cronograma das atividades para a transição do licenciamento
241 ambiental para outorga, a ser anexado as minutas. Ficou definido também que o tema
242 retornará para a CTORH, onde será criado grupo de trabalho com os técnicos da SDS,
243 FATMA e dois representantes indicados pelo CONSEMA. A secretaria executiva ficou
244 encarregada de fazer ofício ao CONSEMA com breve relato da discussão e solicitando a
245 indicação de dois representantes. Em seguida, deliberou-se sobre a “**Substituição de**
246 **entidade-membro do CERH**”. Vinicius Constante informou que no dia 25/11/2013 a
247 Federação das Entidades Ecologistas Catarinenses – FEEC pediu desligamento do CERH,
248 por este motivo ficou vaga uma cadeira do segmento da sociedade civil. Como o regimento
249 interno do Conselho não estipula procedimentos para a substituição de entidades, a
250 secretaria executiva procedeu como de costume, comunicando à entidade que protocolou
251 manifestação de interesse de participação no Conselho com a data mais antiga. Sendo assim,
252 a Associação Catarinense de Irrigação e Drenagem - ACID foi comunicada e reafirmou seu
253 interesse em Ofício datado de 04/02/2014, conforme ofícios anexos à convocação desta
254 reunião. Flavio Victoria questionou o procedimento, uma vez que a FEEC é uma ONG
255 ecologista e a ACID é uma entidade representante dos usuários e, portanto, desta forma está
256 sendo alterado o equilíbrio entre as entidades da sociedade civil e os usuários. Vinicius
257 respondeu que apenas seguiu os procedimentos usuais e que a outra entidade que havia
258 protocolado ofício solicitando vaga no CERH foi a FAESC, que também é uma entidade
259 representante de usuários. Vinicius lembrou que o CNRH, os comitês de bacias e outros
260 conselhos estaduais possuem regimento para estes casos de substituição de entidades, mas
261 o regimento do CERH infelizmente não possui, inclusive no ano passado este assunto foi
262 discutido na revisão do regimento interno, contudo não sabemos quando será publicado.
263 Flavio Victoria sugeriu que sejam definidas regras em edital, dando publicidade da abertura
264 de vaga no CERH, tendo em vista que não temos a possibilidade de substituição com
265 entidade do mesmo setor que está saindo. Rui Batista Antunes questionou que caso seja feito
266 o edital, quais serão os critérios para a escolha da entidade. Flavio Victoria sugeriu que deve
267 ser um edital direcionado para entidades do segmento da FEEC, mesmo que isto não esteja
268 explícito na composição atual, seria um edital para entidades ambientalistas. Alexandre
269 Trevisan colocou em votação por entidade: Opção 1 - aprovar a substituição da FEEC pela
270 ACID; Opção 2 - fazer um edital divulgando que está aberta a vaga para uma entidade
271 ambientalista. José Vicente Miranda Regina questionou qual o problema em ficar esta vaga
272 aberta sem representação por mais tempo. Rui Batista Antunes lembrou que é comum haver
273 problemas de quórum e às vezes uma entidade faz a diferença. Votação: Opção 1 – SDS,
274 SEF, CELESC, FIESC, ABES, CASAN. Opção 2 – SPG, SES, ACE, ABRH. Abstenção:
275 FATMA. Ficou aprovada a substituição da FEEC pela ACID. O seguinte item a ser
276 deliberado foi o “**Projeto Águas da Serra – Monitoramento da Qualidade e Quantidade**



**ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/03/2014**

277 **da Água na Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, referente à Ação: Implementação de**
278 **Estudos Estratégicos e Emergenciais em Apoio aos Planos de Bacias Hidrográficas do**
279 **Estado de Santa Catarina do Programa SC Rural”.** Vinicius Constante informou que este
280 projeto é decorrente da constatação, pelo grupo de trabalho que está elaborando o termo de
281 referencia do Plano de Bacia, que os dados sobre a qualidade das águas na Bacia do Rio
282 Canoas são insuficientes para a elaboração do Plano de Bacia, neste sentido a UDESC que é
283 membro do comitê elaborou este projeto para o monitoramento de vinte pontos na bacia.
284 Este projeto foi analisado pela Comissão Técnica de Acompanhamento do Programa SC
285 Rural que elaborou parecer favorável à aprovação do CERH, sendo que a aprovação é
286 necessária para a liberação dos recursos de 346 mil reais. A consultora do Programa SC
287 Rural para o Comitê Canoas, Tatiana Arruda Correia, informou que o projeto tem duração
288 de 2 anos e foi elaborado por diversos professores do Centro de Ciências Agroveterinárias
289 da UDESC, coordenado pelo professor Everton Skoronski que também é presidente da
290 Câmara Técnica do Comitê Canoas. O secretário executivo do Comitê Canoas, João Maria
291 Telles, informou que o custo total do projeto é de cerca de R\$ 1.170.000,00, sendo que do
292 total 346 mil é do FEHIDRO, o resto será custeado pela UDESC. Tatiana lembrou também
293 que a cada dois meses será apresentado relatório no comitê sobre o andamento do projeto,
294 além das outras formas de divulgação dos resultados previstas no projeto. João Maria Telles
295 lembrou que a Bacia do Canoas é uma das com maior extensão territorial do estado,
296 composta por 29 municípios. Alberto Odon May indagou aos representantes do Comitê
297 Canoas qual a percepção sobre as influências das barragens de Itá e Machadinho. Tatiana
298 respondeu que as informações que chegam ao Comitê são mais relacionadas aos problemas
299 sociais decorrentes das barragens, mas nada com relação à qualidade das águas. José Vicente
300 Miranda Regina recomendou alguns ajustes na redação, no tocante aos estudos hidrológicos,
301 no trecho do projeto que trata do equipamento Q-Boat e ao método acústico ADCP, pois o
302 projeto afirma que este método é inédito no Brasil, mas o método ADCP (técnica de
303 medição acústica) é bastante utilizado no Brasil e em Santa Catarina também existem
304 entidades que o utilizam, talvez o Q-Boat é que não tenha sido utilizado ainda, mas o
305 método sim. Outro ponto sobre o projeto está relacionado à insuficiência de dados, segundo
306 José Vicente as hidrelétricas, a CASAN, a FATMA e o IBAMA possuem dados de
307 qualidade que podem ampliar o diagnóstico da situação da bacia e devem ser considerados e
308 incorporados no projeto, até porque no período do projeto pode ocorrer uma situação atípica,
309 como um período de grande estiagem, e com a obtenção destes dados que são coletados há
310 vários anos poderá se ter informações mais completas sobre a bacia. Flavio Victoria
311 informou que além das hidrelétricas, as PCHs também tem a obrigação de fazer o
312 monitoramento, e apesar de nem todas estarem cumprindo esta exigência, algumas delas
313 possuem monitoramento e esta informação também pode ser importante para o diagnóstico.
314 Tatiana afirmou que quando o projeto foi submetido ao Comitê Canoas, o representante da
315 CELESC fez as mesmas considerações e a equipe do projeto se prontificou de incorporar
316 estas informações no estudo. Dayna Maria Bortoluzzi comentou que recebeu denúncias na
317 universidade de problema na Bacia do Rio Canoas, na junção com o Rio Pelotas, onde
318 existem quilômetros de assoreamento e isto vem gerando várias consequências, dentre elas o
319 desaparecimento de algumas espécies de peixes, o que tem afetado a pesca na região.
320 Alexandre colocou o projeto em votação, sendo aprovado por unanimidade, com as ressalvas
321 de que as sugestões do CERH sejam incorporadas e que os resultados parciais do projeto
322 também sejam apresentados no CERH. Em seguida, Vinicius apresentou como está a



**ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/03/2014**

323 “**Tramitação do Projeto de Lei do CERH**”, informando que após a aprovação do CERH, a
324 minuta de PL passou por análise da COJUR da SDS, que elaborou seu parecer, sendo o
325 processo encaminhado para a Secretaria da Casa Civil - SCC, na Diretoria de Assuntos
326 Legislativos. No dia 25/02/2014 a SCC encaminhou ofício ao CERH solicitando
327 esclarecimentos sobre alguns pontos do PL, dentre eles: a vinculação do CERH à SDS, a
328 paridade entre o poder público e a sociedade civil, a ampliação da vinculação das decisões
329 do conselho às entidades municipais. Vinicius informou que as respostas estão sendo
330 elaboradas pela secretaria executiva para ser encaminhada para a SCC. Alexandre sugeriu
331 que o CERH solicite à COJUR prioridade neste processo e que o parecer a ser enviado para
332 a SCC também seja encaminhado para os conselheiros. A plenária aprovou a sugestão.
333 Partir-se para o próximo item da pauta “**Prestação de contas FEHIDRO 2013**”. Rui Batista
334 Antunes iniciou a apresentação lembrando que os recursos da CFURH repassado pelo setor
335 energético não é depositado na totalidade no FEHIDRO. Em seguida apresentou os repasses
336 dos recursos utilizados em 2013 para as ações de recursos hídricos no Programa SC Rural,
337 para os comitês e prefeituras, assim como para algumas outras ações da DRHI. Luiz Carlos
338 Rihl de Azambuja questionou qual é a média de arrecadação anual do fundo. Flavio Victoria
339 informou que em 2013 a arrecadação foi de 29 milhões de reais. Rui informou que estes
340 dados podem ser acessados no site da ANEEL, inclusive acompanhar a arrecadação mensal.
341 Finalizando a apresentação, Rui mostrou que foram investidos R\$ 7.386.117,23, sendo que o
342 percentual dos recursos utilizados para cada grupo de ações foi: 53,14% para os comitês e
343 prefeituras, 42,58% Programa SC Rural, 3,87% CIASC/SIG@SC, 0,22% material
344 permanente; 0,19% diárias e passagens. Flavio Victoria questionou se a planilha apresentada
345 será repassada para os conselheiros. Rui informou que pode repassar. Alexandre Trevisan
346 questionou qual foi o motivo de ter sido investido apenas este valor, se o FEHIDRO
347 arrecadou cerca de 29 milhões, e se nos outros anos o valor investido foi maior ou menor
348 que o investimento de 2013, e o que acontece com o valor que sobra do FEHIDRO. Rui
349 informou que os valores que não são investidos em recursos hídricos voltam para o caixa do
350 tesouro, e que em 2013 o valor investido foi muito baixo, complementou dizendo que isso é
351 um reflexo da desestruturação da Diretoria de Recursos Hídricos que está com um quadro
352 técnico muito pequeno e sobrecarregado. Alexandre argumentou que diante da situação o
353 assunto FEHIDRO tem que ser discutido no conselho com mais tempo, pois a situação não
354 pode continuar como está. Rui reforçou dizendo que é necessário estruturar o FEHIDRO
355 nomeando um coordenador e criando um grupo técnico para dar os pareceres sobre os
356 projetos do FEHIDRO. Flavio Victoria questionou qual foi a destinação dos recursos do
357 FEHIDRO que não foram apresentados nesta prestação de contas, pois o fundo arrecadou 29
358 milhões e a prestação de contas dos recursos investidos em recursos hídricos somaram 7
359 milhões, o que foi feito com esta diferença. Rui argumentou que a Secretária Lucia
360 Dellagnelo está sempre preocupada para que a SDS gaste o recurso, até porque existem
361 outros órgãos cobiçando este recurso. Vinicius informou que no planejamento de 2013 seria
362 investido muito mais, entretanto os problemas da lentidão da máquina administrativa, a falta
363 de funcionários na DRHI e da área de licitação, assim como entraves para repassar os
364 recursos fizeram com que fosse investido muito menos que o planejado. Rui complementou
365 explicando todo o trâmite burocrático para o repasse de recursos que quase sempre atrasam a
366 execução das ações e muitas vezes inviabilizam alguns repasses. Alexandre argumentou
367 novamente que se existe demanda para investimento em recursos hídricos, existe recurso
368 disponível e os recursos não está sendo gasto, isto indica que o CERH precisa atuar para



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

**ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 20/03/2014**

369 melhorar a gestão dos recursos do FEHIDRO. Alberto Odon May questionou sobre os
370 recursos repassados para as obras de contenção de cheias na bacia do Rio Itajaí, se são do
371 FEHIDRO. Rui informou que não, que estes são do Pacto por Santa Catarina que tem outras
372 fontes de recurso, que vem dos governos do estado e federal. Alberto Odon May questionou
373 a efetividade dos investimentos das obras de contenção de cheias na bacia do Rio Itajaí,
374 argumentando que no seu ponto de vista será um desperdício de dinheiro público. Alexandre
375 expos que do que foi relatado constata-se que a situação atual é de que a SDS não tem
376 capacidade de gastar os recursos disponíveis do FEHIDRO e que a situação está se
377 deteriorando, portanto o CERH não pode fechar os olhos para a situação. Alexandre
378 finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

Florianópolis, 27 de março de 2014.

Vinicius Tavares Constante
Secretário Executivo do CERH